ISSN: 2358-8829

APRENDIZADOS PARA DOCÊNCIA E VIDA NO CURSO DE MAGISTÉRIO INDIGENA DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM

Evillin Vitoria Pereira Rodrigues [1]
Jonise Nunes Santos [2]

INTRODUÇÃO

Especificamente, o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação - FACED, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM objetiva formar pedagogos para atuarem como profissionais da Educação em diferentes espaços/ambientes voltados à formação do cidadão, sendo que deve ser "enfatizando a diversidade cultural desta sociedade" (Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (UFAM/ Pedagogia, 2019, p. 24).

A Faced/UFAM está localizada no estado com maior número de povos e línguas indígenas do Brasil, demarcando, no PPC do curso de Pedagogia, componentes curriculares voltados à temática da diversidade, como Educação na Região Amazônica, Direitos Humanos, Educação Indigena e disciplina optativa como Educação do Campo. Porém, considerando a prerrogativa do Pedagogo poder atuar como docente na Formação Inicial e Continuada, o curso de Pedagogia não aborda o exercício da docência nos diversos contextos amazônicos, reforçando a ideia de identidade única, um Amazonas uniforme, que tende a ser repassado aos alunos da educação básica, criando, assim, um "ciclo vicioso", que reproduz na sociedade o racismo e o preconceito, principalmente, aos povos originários.

Por outro lado, nesse contexto, os povos indígenas a partir dos movimentos sociais, têm reivindicado formação de professores de seus respectivos povos, nos municípios do Amazonas, cuja oferta é competência do poder público estadual, contudo, esse direito não vem sendo respondido a todas as solicitações. Consequentemente, alguns municípios têm se organizado para formar indígenas para exercício da docência em seus próprios territórios, a exemplo de São Gabriel da

[1] Mestranda do Curso da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas - AM, vr2104619@gmail.com ;
[2] Professora orientadora do Programa de Pós graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, jonise@ufam.edu.br .

Cachoeira, que vem oferecendo, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Estado do Amazonas - SEDUC/AM, o curso de Magistério Indígena. Ressalta-se que a atribuição do poder público estadual é basicamente, certificar os professores, ao final da formação, cuja despesa para execução tem sido do município.

Neste contexto, A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Gabriel da Cachoeira - SEMEC/SGC não dispõe de recurso, limitando os formadores dos componentes curriculares, requerendo, assim, articulação com outros entes federados, a exemplo da Universidade Federal do Amazonas, por meio do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Povos e Comunidades Tradicionais da Pan-Amazônia - NEPEPAM, para realizar ações e ministrando as disciplinas no âmbitos do magistério, possibilitando aprendizados, especificamente do curso de Pedagogia, que integram o Núcleo.

Neste cenário, este trabalho se propõe a apresentar os diversos aprendizados construídos na atuação no Magistério Indígena , voltado ao povo indígena Yuhupdeh. Consequentemente, o objetivo geral é analisar os aprendizados construídos no exercício da docência no Magistério Indígena. Para tanto, foram definidos como objetivos específicos identificar a discussão sobre a temática indígena no curso de Pedagogia da UFAM, para Identificar o direito à formação específica de professores indígenas na legislação específica e elencar aprendizados e experiências vivenciadas ao longo do percurso de preparação, orientação e realização das atividades no âmbito do curso de magistério Indigena de SGC/ARN.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Metodologicamente, foi estruturado a partir da pesquisa bibliográfica e documental, na qual foi realizada a seleção de fontes bibliográficas, como Artigos e tese, e a coleta e análise de documentos oficiais para a pesquisa documental. Para abordar os aprendizados no exercício da docência no Magistério Indígena, optamos pela abordagem denominada Escrevivência, criada por Conceição Evaristo (Duarte e Nunes, 2020, p. 59), Militante e Ativista do movimento negro, cuja luta e resistência aproxima dos processos vivenciados pelos povos indígenas; Logo, a opção pela “escrevivência” demarca o lugar “filosófico” a partir do qual nos posicionamos, no atual território “brasileiro” contra os processos de integração, silenciamento e apagamento das identidades.

ISSN: 2358-8829

O termo Escrevivência foi criado pela linguística e escritora Conceição Evaristo, "morfologicamente, decorre da associação entre "escrever" e "viver" e dos sentidos permitidos pela expressão "escrever vivências" ou mesmo de escrever fatos vividos pelo eu que os recupera pela escrita" (DUARTE, 2020, P.59). Evaristo incentiva a importância de escrever as vivências e experiências da mulher negra em um mundo marcado por desigualdade social, que até os dias atuais luta por respeito em uma sociedade preconceituosa.

Apropriamo-nos do conceito de Conceição Evaristo para transcrever, as vivências, os aprendizados, não só no âmbito da docência no Magistério Indígena, como também no trajeto, nas viagens, que ressaltam as especificidades sociais amazonenses, atravessando, principalmente, os povos indígenas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O acesso à educação só foi possível a toda sociedade, por meio de políticas públicas. A promulgação da Constituição de 1988 consolidou o direito à educação como fundamental para todos, incluindo aos povos indígenas. É a partir dessa promulgação que os povos originários passaram a ser amparados pela legislação, e se torna garantido a eles o direito a uma educação escolar diferenciada, respeitando as especificidades culturais e linguísticas de cada povo.

Subsequente à constituição, às Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9394/96), direciona como deve ser essa Educação Escolar Indígenas. Neste mesmo sentido, o Parecer 14 do Conselho Nacional de Educação de 1999, vai instrumentalizar como serão cumpridos esses direitos, e um dos requisitos necessários para o comprimento, é que os profissionais que irão atuar nas escolas, são pessoas pertencentes da própria comunidade, ou seja, serão professores que conhecem a realidade da comunidade.

É atribuído como responsabilidade do Estado, implementar e executar essas políticas públicas em sua região, isto é, elaborar programas de formação, e garantir recursos para esses projetos, tendo em vista a reivindicação desses povos por uma educação escolar indígena diferenciada, que respeite as especificidades de cada povo, no entanto, quando se trata do cuprimento dessas Leis, o Estado do Amazonas tende a ter dificuldade para cumprir tais demandas de maneira efetiva, deixando "lacunas" que

ISSN: 2358-8829

acarretam de forma negativa. O Estado que é conhecida por sua vasta extensão territorial, está localizado em uma região banhada por Rios e florestas, o que torna de difícil acesso as comunidades, consequentemente dificultando a chegada de serviços essenciais, o que acaba impactando em diversos aspectos, principalmente na questão da saúde e educação, A exemplo do Município de São Gabriel da Cachoeira, localizado no extremo noroeste do Brasil, a 852 km de Manaus, Capital do estado do Amazonas, que todos anos sofrem com a estiagem ou com a enchente dos rios, essa realidade limita não apenas a mobilidade dos moradores, mas também a chegada de professores, profissionais de saúde e recursos essenciais.

No entanto, o que leva à precariedade da educação não se limita apenas a mudanças climáticas ou ao difícil acesso às comunidades isoladas, soma-se a isso a ausência de recursos para os programas, a falta de Projetos Políticos Pedagógicos, ausência de calendário específico para essas regiões, escassez de matéria didático, falta de estruturas para comportar esses alunos (que por muitas vezes precisam se deslocar de sua aldeia para outras comunidades), além da carência de professores formados, isto porque a legislação garante que os professores sejam profissionais que pertençam à comunidade, no entanto, ainda que tenham reivindicações por parte do povos para que aconteça as formações de professores indígenas, os Órgãos Estaduais responsáveis por disponibilizar essa formação não tem conseguido cumprir com tais demandas de forma efetiva, com isto, na tentativa de amenizar esse impacto, os municípios, juntamente com a Secretaria Estadual de Educação estão se articulando para cumprir essas reivindicações

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Minha trajetória acadêmica teve início em 2020, com a aprovação no Processo Seletivo Contínuo - PSC da Universidade Federal do Amazonas - UFAM para o Curso de Licenciatura em Pedagogia. No Brasil, o ano de ingresso na Universidade coincidiu com a chegada da Pandemia decorrente do vírus da COVID-19, que exigiu isolamento social, considerando a elevada transmissão do vírus por contato físico direto e gotículas respiratórias.

Inicialmente, a Universidade suspendeu as atividades presenciais, por 15 dias, porém, posteriormente, ficou sem tempo determinado, por ter sido considerada uma Pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS. Nesse contexto, as atividades

ISSN: 2358-8829

acadêmicas ficaram paralisadas e foi instaurado um Comitê para avaliar as ações da UFAM, que, inicialmente, optou por utilizar a modalidade de ensino remoto, para conseguir assim ofertar disciplinas e cumprir o calendário acadêmico, e amenizar o impacto indireto do contexto pandêmico na vida acadêmica da UFAM.

É a partir retomada presencial, que no quinto período do curso, iniciei o meu primeiro contato com pesquisa, através do Programa Institucional de Bolsas de iniciação científica - PIBIC, com o seguinte tema: Retextualização da produção dos Acadêmicos da Disciplina da Educação Indigena I, do curso de Pedagogia do FACED/UFAM – 2020 e 2021. O que ocasionou a vinculação ao Núcleo de Estudo e Pesquisa de Povos e Comunidades Tradicionais na Pan Amazônia - NEPEPAM, possibilitando a minha participação como formadora no magistério indígenas. Os formadores passam por um processo preparatório no âmbito do núcleo para que possa se pensar uma abordagem eficiente e que conseguisse corroborar com as demandas do curso, tendo em vista a importância do magistério para esses povos e suas respectivas comunidades.

No dia 15 de novembro de 2023, em conjunto com uma colega de Núcleo, saímos da Cidade de Manaus, capital do Amazonas, com destino ao Município de São Gabriel da Cachoeira. A viagem até o Município, tem duração de 24h por meio do Lancha/ Expresso quando o Rio está cheio, no entanto, a Região estava sofrendo uma seca histórica, tornando o percurso mais prolongado. Ao chegar ao município, fomos recepcionados pelo motorista da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), na qual nos conduziu até a residência de uma Professora da rede de educação.

A seca histórica que atingiu os rios da região, causou o atraso no abastecimento da cidade, prolongando nossa estadia em São Gabriel, pois estávamos na espera dos alimentos destinados ao distrito de Taracuá chegarem, isso porque a vazante do Rios prejudica os moradores que habitam o interior do Estado em diversos aspectos, principalmente no quesito abastecimento.

No dia 20 de novembro (segunda-feira) seguimos viagem com destino até o distrito de Taracuá. Localizada às margens do baixo Rio Uaupés. A viagem teria a duração de 10h, no entanto, acabou se estendendo, por motivos do atraso na saída do porto de São Gabriel e com a baixa do rio negro; o que ocasionou com a parada na comunidade de Cunuri, o Coordenador que estava nos acompanhado durante o trajeto, informou que teríamos que pernoitar (passar a noite) na comunidade, na residência,

ISSN: 2358-8829

onde tambem é a Escola do Professor Hermano, pois o tempo não estava viável para seguir viagem, além do fato do bote (barco) estar com uma sobrecarga de alimentos e gasolina. Esta pausa na comunidade foi uma das primeiras dificuldades enfrentadas, o fato se deu por motivos da necessidade de um intérprete que falasse a língua fluentemente, isso porque há uma grande diversidade linguística no território. No dia seguinte, seguimos o trajeto até o distrito (comunidade) de Taracuá, A comunidade que se forma em volta dos prédios, se dá a partir das missões salesianas, isto porque as crianças indígenas eram tiradas das suas famílias e de suas comunidade para receber "Educação" nos internatos, e na tentativa de "amenizar" essa distâncias, as famílias também saiam de suas aldeias e construíam suas moradias em volta dos prédios, Nos dias atuais, os prédios são alugados para o Estado, e dá espaço ao Colégio Sagrado Coração de Jesus Cristo, e quem ocupa esses espaços são os alunos do ensino regular, e também é cedido o espaço aos alunos do magistério indigena. O distrito conta com escola, igreja e um posto de saúde que "atende" a demanda da comunidade.

Ao chegarmos ao distrito, fomos recepcionados pelos alunos do magistério, em seguida, direcionados e acomodados nos dormitórios do Colégio Sagrado Coração de Jesus Cristo. A coordenação, junto aos alunos, se reuniram para realizar uma apresentação para os formadores. em seguida, tratar de alguns assuntos que era de interesse da ambas as partes, Como o percurso durou mais do que o esperado até o polo, e nossa estadia era curta na comunidade, tivemos que fazer algumas adaptações para conseguir cumprir com as demandas da disciplina que iria ser ministrada. Em comunhão com a turma, chegamos ao acordo de ter aulas nos três horários do dia para conseguir cumprir com a carga horária do módulo, os Yuhupdeh concordaram com o pedido da coordenação. O povo Yuhupdeh, habitam principalmente a região do alto Rio Negro, entre as margem do Rio Tiquier até a região do Apapóris (Santos, 2017, p.14). O povo Yuhupdeh pertence à família linguística maku (Nadahup), assim como os Hupda, Dow e Nadöb.

Com isto, no dia seguinte demos início ao primeiro dia de aula, realizei a acolhida, me apresentei novamente à turma. Expliquei a eles qual era a disciplina na qual eu iria ministrar as aulas, os mesmos estavam familiarizados com a temática da disciplina, pois anteriormente já haviam cursado etnomatemática I, então a ideia era reforçar o que eles já tinham visto e aprendido anteriormente e apresentar novos assuntos, de forma simplificada para que eles conseguissem compreender e executar

futuramente. reforcei a ideia de que a etnomatemática busca compreender, e que a temática valorizava as contribuições presentes em tradições, culturas, práticas sociais e a experiências do cotidiano. A turma, no início, estava bastante tímida. Para conseguir algum retorno deles, foram utilizados alguns exemplos de como eles poderiam utilizar a Matemática no seu cotidiano. Observei que o plano de aula que foi produzido ainda em Manaus para trabalhar na comunidade , foi ajustado para conseguir atender conforme o contexto da turma.

Para a aula do dia seguinte, com a proposta de produzir as formas geométricas através do artesanato, no fim da tarde, após a aula, tivemos que ir em busca de matérias específicas. Saímos da comunidade, em busca de uma planta, que seria a matéria-prima para a produção dos artesanatos. Uma aluna disponibilizou a canoa e o motor, a coordenação colaborou com a gasolina, desta forma conseguimos nos deslocar até a margem do Rio Tiquié. Em seguida, adentramos uma trilha até um determinado local da mata para colher a planta, conhecida como arumã.

Ao longo dos dias, demos início a produção dos artesanatos, na qual foram produzidos remos, peneira, arcos e flechas, cestos e etc. Logo em seguida fizemos uma roda de conversas, na qual cada integrante teria que apresentar o material produzido, e explicar qual forma geométrica o artesanato representa. A produção dos alunos era sempre associada a algo que eles utilizavam na sua comunidade. Observei que alguns alunos tinham dificuldades de compreender claramente a língua Portuguesa e para conseguir realizar essa tradução entre as duas línguas, convidei uma aluna da sala para realizar essa mediação quando necessário, na tentativa que todos conseguem compreender, pois tinha alunos que falava mais de uma língua, e de vez em quando acabava confundindo o que eu estava sendo transmitido. No fim de cada atividade, a turma realizava uma roda de conversa para apresentar os trabalhos que eram produzidos. Além dos artesanatos, foram realizadas pinturas corporais, na qual a dinâmica exigiu a busca por urucum, uma planta utilizada pelos indígenas para suas propriedades corantes.

As aulas eram divididas em dois momentos, pois observei que a turma gostava muito mais das atividades que envolviam textos longos. Com isto, no primeiro momento, era realizada uma introdução da aula e em seguida era feita às atividades, na tentativa de tornar a aula mais “Dinâmica” No fim de cada atividade, a turma realizava uma roda de conversa para apresentar os trabalhos que eram produzidos, além dos

artesanatos, foi realizado pinturas corporais, na qual a dinâmica exigiu a busca por urucum, uma planta utilizada pelos indígenas para suas propriedades corantes. Conseguimos trabalhar também a Contagem e Sistema de Numeração, e Frações e Operações, na qual os alunos produziram cartelas de bingo, para que eles conseguissem identificação dos denominadores, assim finalizamos a disciplina de Etnomatemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências vivenciadas no magisterio indigena, no Município de São Gabriel da Cachoeira, em especial na comunidade de Taracuá, foram engrandecedoras, os aprendizados construídos com a turma, durante a formação fizeram se essenciais para minha trajetória como discente do curso de Pedagogia, no entanto, podemos observar que a educação escolar indígena, no estado do amazonas, ainda enfrentam diversas dificuldades, os direitos básicos garantidos através da constituição brasíleira não conseguem chegar no "chão das escolas indígenas", tornando se necessário a colaboração de instituições, desta forma, a experiência proporcionou uma oportunidade única de aprendizado e reflexão, deixando registrado aqui a admiração ao alunos do curso do Magistério, que a apesar de todas dificuldade, não desistiram da formação, por tanto, é válido ressaltar a cumplicidade e a colaboração da turma com a coordenação, pois se disponibilizaram a cumprir os três horários, e assim conseguir executar a carga horária necessária.

Palavras-chave: Educação escolar indígena; Formação de Professores; Magistério; Pedagogia

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 14, de 14 de setembro de 1999. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena*. Brasília, DF: CNE, 1999.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. *Escrevivência: a escrita de nós*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

SANTOS, Gilton Mendes dos. *Territórios indígenas e diversidade linguística no Alto Rio Negro*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2021.

SANTOS, Gilton Mendes dos. *Povo Yuhupdeh: território, cultura e educação*. Manaus: EDUA, 2017.

SEKI, Lucy et al. *Linguística indígena e educação na América Latina*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Faculdade de Educação. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia*. Manaus: UFAM/FACED, 2019.